

PELAS PAREDES DO BRASIL

Projeções em prédios em todo o país agitam campanha contra demissões no Santander

Nas redes sociais, protestos dos bancários contra dispensas e cobrança por metas em plena pandemia viralizaram

O Sindicato do Rio participou de uma atividade nacional de protestos contra as demissões promovidas pelo Santander em plena pandemia do novo coronavírus. A campanha foi batizada de “Pelas Paredes do Brasil”. Apesar de negar as dispensas e a informação publicada no jornal Folha de S. Paulo de que o banco pretende demitir 20% do quadro de pessoal no Brasil, as demissões continuam acontecendo. Informações dão conta de que nove mil funcionários podem perder o emprego em todo o Brasil, país responsável pela maior parte dos lucros globais da empresa (cerca de 29%). “Mais crédito”; “Menos juros”; “Santander respeite o Brasil”; “Pare com as demissões”; “Basta de metas abusivas” estão entre as frases que foram projetadas. Não faltou o tom político do ato. Foi projetada também a frase “Porque Queiroz estava morando na casa do advogado de Flávio Bolsonaro”, numa alusão à prisão do ex-assessor do senador na quinta-feira, 18 de junho, em Atibaia, interior de São Paulo. No Rio, as projeções aconteceram em Botafogo e Humaitá, Zona Sul da cidade. Na terça-feira passada (16), uma campanha contra as práticas do banco viralizou nas redes sociais. Entre 12h e 13h houve um tuitaço com a hashtag #SantanderRespeiteOBrasil, que levou a denúncia a ser um dos assuntos mais comentados do Twitter. “Com as dispensas, o Santander descumpre inclusive acordo firmado com a categoria. Demitir em massa e manter a cobrança por metas abusivas são práticas cruéis e inaceitáveis contra os trabalhadores, especialmente nesta situação de calamidade sanitária”, disse o diretor do Sindicato e membro da Comissão de Organização dos Empregados (COE) Marcos Vicente. O Sindicato anunciou ainda que vai denunciar em nível internacional, as práticas cruéis do Santander contra os trabalhadores.



Rio de Janeiro

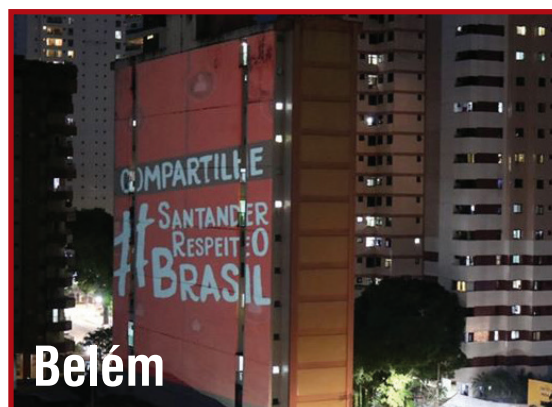
Bancários de todo o país protestam contra as demissões e a cobrança de metas no Santander, em plena pandemia. No Rio as projeções foram realizadas em Botafogo e Humaitá



Belo Horizonte



Brasília



Belém



São Paulo



Porto Alegre

Começa a Consulta Nacional dos Bancários

Bancários e bancárias de todo o país já podem participar da Consulta Nacional dos Bancários. A participação na pesquisa é que define as prioridades da categoria na campanha nacional e as estratégias de mobilização. Mais detalhes na página 4.

Edital de Assembléia Geral Ordinária

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, CONVOCAR todos os seus associados na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária que se realizará às 18:00 horas do dia 30 de junho de 2020 para deliberação acerca da pauta abaixo. Em razão da pandemia do Coronavírus e da proibição de aglomeração de pessoas, a Assembléia se dará de forma virtual. Devido à logística necessária e visando preservar a segurança de informações dos presentes, os seguintes procedimentos deverão ser adotados: os associados estatutariamente regulares e em pleno gozo de seus direitos que quiserem participar da reunião deverão encaminhar e-mail para prestacaodecontas@bancariosrio.org.br até as 18h do dia 29/06/2020 informando número do CPF e do celular para análise da situação cadastral e posterior envio do link de acesso à referida reunião.

- Prestação de contas do exercício 2019.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2020

Adriana da Silva Nalesso
Presidenta

DEFENSORIA PÚBLICA

Ajuda para receber auxílio emergencial

Os mais de 42 milhões de trabalhadores informais que tiveram o pedido de auxílio emergencial negado desde o início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), podem recorrer a Defensoria Pública da União (DPU). Para ser atendido é preciso procurar no site da Defensoria Pública da União o contato na cidade onde reside e verificar quais são os documentos necessários para anexar ao e-mail indicado ou no formulário disponibilizado no site.

TRANSPARÊNCIA

Assembleia de prestação de contas será no dia 30

O Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro convoca os bancários e bancárias sindicalizados para a assembleia no próximo dia 30 de junho (terça-feira) para avaliação e votação da prestação de contas referente ao exercício de 2019. Em função da pandemia do novo coronavírus, a participação será por meio eletrônico.

Quem quiser participar tem até o dia 29 de junho (segunda-feira), às 18 horas para se inscrever através do email prestacaodecontas@bancariosrio.org.br informando nome completo, CPF, email e telefone celular. No dia 30, assim que for feita a conferência dos ban-



cários aptos a votar (sindicalizados) será enviado um link para participação na assembleia.

As contas da entidade estarão disponíveis em nosso site ainda nesta semana.

Eleição na Previ: Chapa 1 faz live ao vivo, dia 25

Para detalhar melhor suas propostas, a Chapa 1 – Previ para o Associado, apoiada pelo Sindicato, faz uma transmissão ao vivo (live) nas redes sociais You Tube, Facebook e Instagram, nesta quinta-feira, 25 de junho, às 19 horas. O nome da página é o mesmo da Chapa 1: Previ para o Associado. Quem desejar, poderá participar, fazendo suas perguntas e tirando dúvidas.

ELEIÇÃO EM JULHO

As eleições para a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ, serão de 13 a 27 de julho. A Chapa 1 defende a continuidade do modelo de gestão, garantindo a proteção ao patrimônio dos associados frente às interferências indevidas de governos, da direção do banco e de agentes do mercado.

INTERESSES DO FUNCIONALISMO

Durante a campanha, na semana passada, a chapa adversária apresentou seus candidatos como tendo mais de 20 anos de expe-



O Sindicato apoia a Chapa 1- Previ para o Associado para eleição do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil

riência de serviços prestados ao mercado e ao banco. Já a Chapa 1, ao contrário, é composta por representantes das entidades que defendem os interesses dos funcionários do BB e dos associados da Previ.

CONHEÇA NOSSOS CANDIDATOS

Os candidatos da Chapa 1 chamam a atenção para o fato de que o modelo de gestão democrático e compartilhado, somado à ação firme dos representantes eleitos são fundamentais para que a Previ se recupere dos efeitos negati-

vos da crise econômica mundial. São os seguintes os candidatos da Chapa 1: para a Diretoria de Segurança, Wagner Nascimento (MG); para titulares do Conselho Deliberativo, Ernesto Izumi e Carlinhos Guimarães (SP), e os suplentes Fabio Ledo (BA) e Odali Dias Cardoso (RJ); para titular do Conselho Fiscal, José Eduardo Marinho (CE) e suplente, Rene Nunes (GO); para titular do Conselho Consultivo do Plano 1, Mirian Fochi (DF), e, suplente, Rita Mota (RJ); e para titular do Conselho Consultivo do Plano Previ Futuro, Cristina Santos (RS) e, suplente, Tânia Dalmau Leyva (PR).

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - Mtb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 16.000**

MP-936: senadores do PT garantiram jornada de seis horas dos bancários

Articulação política de Jaques Wagner (PT-BA) mantém requerimento de Rogério Carvalho (PT-SE), preservando conquista histórica da categoria

O plenário do Senado aprovou, na noite de terça-feira (16/6), a Medida Provisória 936, que tramita na Casa, como Projeto de Lei de Conversão nº 15. A MP foi editada pelo governo Bolsonaro em 1º de abril e propõe a redução e até mesmo o corte integral de salários, tendo como contrapartida a manutenção das vagas. Agora a matéria seguirá para a sanção presidencial.

O dado positivo foi um acordo prevendo a supressão do artigo 32 da MP, incluído por contrabando pela Câmara dos Deputados, prevendo várias alterações de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre elas, algumas que prejudicavam diretamente os bancários, como a que extingue uma conquista histórica, a jornada de seis horas, de segunda a sexta-feira para toda a categoria.

A mudança prevista na MP alterava o artigo 224 da CLT, que passaria a afirmar que a jornada de trabalho não se aplicaria aos bancários que recebessem gratificação de função não inferior a 40% do salário do cargo efetivo, a qual remunerará a 7ª



EM DEFESA DOS TRABALHADORES - Os senadores do PT, Rogério de Carvalho e Jaques Wagner retiraram da MP 936/20 alterações que prejudicariam os bancários, garantindo a jornada de seis horas, conquista histórica da categoria

e a 8ª horas trabalhadas. O texto previa também a compensação dos valores dessas horas extras, definidas na cláusula 11 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

A proposta de supressão foi encaminhada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) e negociada pelo líder do PT, Jaques Wagner. Carvalho lembrou que o artigo 32 fugia ao objetivo da MP 936 alegado pelo governo de 'assegurar a manutenção de empregos', através da redução ou suspensão dos salários. O senador petista

frisou que o entendimento do Supremo Tribunal Federal e também do Regimento Interno do Senado proíbe a inserção pelo Legislativo de matérias estranhas em Medidas Provisórias.

ARGUMENTO DOS PARLAMENTARES

No requerimento o senador lembra que no decorrer do processo de tramitação na Câmara dos Deputa-

dos, foi introduzido o artigo 32, que veicula matéria estranha à Medida Provisória. Este dispositivo alterava permanentemente o texto da CLT, reduzindo vários direitos dos trabalhadores, além da elevação da jornada dos bancários, tais como: a determinação da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas apenas a partir da data da condenação; a previsão de incidência de juros de mora segundo os índices aplicados às cadernetas de poupança e a precarização do depósito recursal garantidor da execução trabalhista. O parlamentar acrescentou ainda que além de serem estranhas à MP 936, as alterações previstas pelo artigo 32 são inconstitucionais.

Por reproduzirem disposições constantes da revogada MP nº 905, as mudanças não poderiam ser feitas em virtude do parágrafo 10 do artigo 62 da Constituição da República, prevendo que não poderiam ser reeditadas na mesma sessão legislativa. A intervenção dos dois senadores petistas foi fundamental para a preservação da jornada diária de seis horas da categoria.

COVID-19

Brasil tem mais de um milhão de casos e se aproxima de colapso sanitário e econômico

De uma tacada só, o Governo Bolsonaro consegue levar o Brasil a duas tragédias anunciadas: a sanitária, que mata milhares de brasileiros e a econômica, que dissipa qualquer expectativa de retomada do desenvolvimento do país. Com mais de um milhão de casos confirmados de Covid-19 e sem nenhuma medida concreta para conter o avanço da pandemia, a completa desarticulação do governo federal leva o país a caminhar a passos largos para ser o epicentro do vírus no mundo. O drama se agravou com a decisão do Presidente da República de forçar a saída de dois médicos a frente do Ministério da Saúde, colocando na função "provisória" um general paraquedista que não sabe nada do ofício. Resultado: já são mais de 51 mil mortes. Sem solução, a saída encontrada pelo gover-

no foi "colocar a sujeira para debaixo do tapete". Bolsonaro tenta esconder os dados da Covid-19 agravando o drama de números já subnotificados em função da quantidade insignificante de testes, em mais um crime de responsabilidade cometido diante de toda a sociedade.

ECONOMIA COLAPSADA

A outra tragédia, a econômica, já vinha acontecendo antes mesmo da pandemia. O crescimento econômico em 2019 foi o pior dos últimos três anos, desempenho ainda mais pífio do que o do governo Temer. Com a pandemia e o governo não realizando testagem em massa e ainda in-

centivando as pessoas a saírem do isolamento social, a calamidade pública, além do genocídio que poderia ser absolutamente evitado vai gerar uma depressão econômica sem precedentes. Desmoralizado internacionalmente e brigando com o maior comprador dos produtos brasileiros, a China, o Brasil corre o risco de ver a maior parte das economias desenvolvidas e emergentes retomando gradativamente às atividades e a economia interna colapsada. Aos brasileiros resta torcer para que algum cientista do mundo descubra, o quanto antes, a vacina ou remédio para cura do Covid-19, mas também reagir, junto a toda a sociedade, contra os crimes de responsabilidade e a inexplicável postura genocida do Presidente Bolsonaro.

Financiários encaminham reivindicações à Fenacrefi

A Comissão de Organização dos Financiários encaminhou na quarta-feira, 10 de junho, a pauta de reivindicações dos financiários, que tem a data-base em 1º de junho, para à Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Fenacrefi), entidade patronal.

A categoria reivindica a renovação (com validade entre 1º de junho de 2020 a 31 de maio de 2022) e assinatura de termo de compromisso para prorrogação das cláusulas econômicas até o mês de setembro de 2020, com a discussão futura sobre a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sobre os valores da CCT

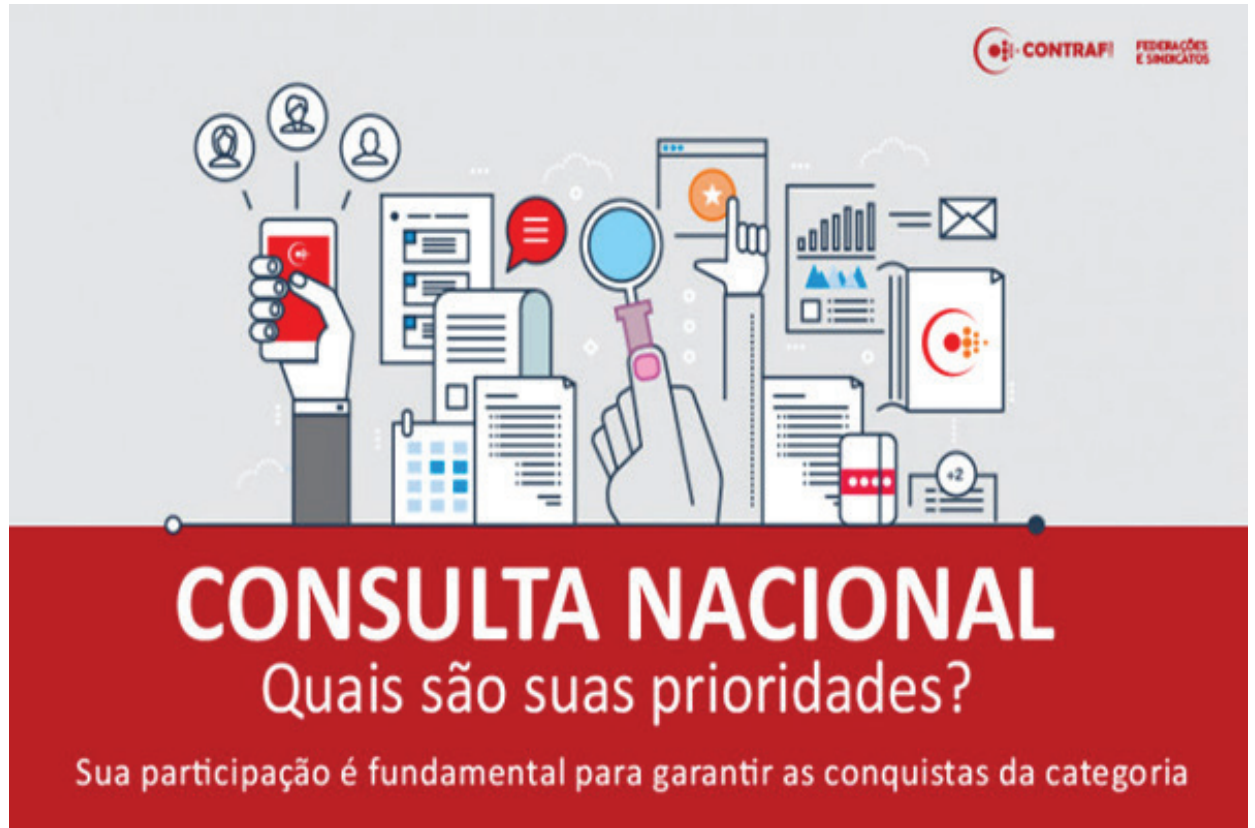
vigente, retroativa a 1º de junho de 2020. Os trabalhadores querem a reposição da inflação acumulada no período compreendido entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, além de aumento real de salários para igual período e o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para os exercícios de 2020 e de 2021.

Participe da Consulta Nacional dos Bancários

Entre no link aqui em nosso site e contribua para a definição das prioridades e estratégias da Campanha Nacional da categoria

Começou na última sexta-feira, 19 de junho, e está disponível no site do Sindicato até o dia 29 de junho, o link para que bancárias e bancários possam participar da Consulta Nacional, que é o primeiro passo para definir temas fundamentais da Campanha Nacional da categoria. Reajuste salarial, PLR (Participação nos Lucros e Resultados), emprego, vales refeição e alimentação, igualdade de oportunidades, condições de saúde e de trabalho, combate ao assédio moral e à cobrança abusiva de metas e demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, além da defesa dos bancos públicos e de medidas de prevenção e combate ao Covid-19 estarão na pauta da campanha deste ano.

“A consulta é um instrumento democrático e muito importante para que bancários e bancárias definam quais serão as prioridades da nossa campanha nacional. Numa conjuntura tão difícil de ataques aos direitos dos trabalhadores e de pandemia é necessária uma grande participação da categoria para a defesa do emprego, preservação de conquistas históricas e direitos previstos na Convenção Coletiva a fim de garantirmos dias melhores para todos”, disse a presidenta do Sindicato do Rio Adriana Nalesso.



Na avaliação da sindicalista a crise econômica gerada pelo novo coronavírus não é justificativa para os bancos não atenderem as reivindicações dos bancários. “Nenhum setor lucrou tanto nos últimos 30 ou 40 anos. Além disso, os bancos foram os mais beneficiados pelo governo federal, com a ajuda de R\$1,2 trilhão, redução do im-

posto sobre os lucros das instituições financeiras e a compra de títulos podres pelo Banco Central”, acrescenta.

CONSULTA DIGITAL

Neste ano, em decorrência do isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, a consulta será eletrônica. Para participar,

basta que os bancários e bancárias acessem o link da pesquisa disponível em nosso site, confirmando seus dados pessoais e garantindo a sua participação na definição dos rumos da campanha. Quanto maior for o número de respostas, mais preciso será o diagnóstico do que a categoria realmente pensa e quer para a Campanha Nacional.

Caixa despreza riscos do Covid-19 e impõe retorno ao trabalho presencial

Mais de um milhão de casos confirmados de Covid-19 no Brasil. Mais de 50 mil mortos. Os números parecem não significar nada para a direção da Caixa. Depois de transformar o quero atender.caixa em ferramenta para retirar empregados do revezamento em Home Office após negociação com os sindicatos, a direção da Caixa Econômica Federal convocou cerca de 30% de seus funcionários de área-meio para retornar ao trabalho presencial desde a última segunda-feira, 22 de junho. Em muitos casos a convocação é feita por tele-

fone, sem caráter documental, o que dificulta a comprovação da medida descabida. “Chama a atenção também o fato de que os trabalhadores convocados em sua grande maioria não atuam diretamente com o público, e vinham desempenhando suas funções via trabalho remoto sem perda de produtividade”, explica o diretor do Sindicato e membro da Comissão de Empresa dos Empregados, Rogério Campanate.

PROTOCOLO DESCUMPRIDO

O vice-presidente do Sin-

dicato Paulo Matileti também criticou o descaso da direção da Caixa com a vida dos bancários. “A Caixa descumpra o protocolo de intenções firmado pela direção da empresa no dia 28 de maio deste ano com os empregados, a Contraf-CUT, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal”, ressalta.

O Sindicato critica ainda a incoerência da flexibilização feita de forma unilateral em relação às medidas de proteção ao Covid-19 como a orientação da própria empre-

sa de prorrogar o Home Office até o dia 30 de junho. A pedido dos sindicatos, a Contraf-CUT encaminhou ofício solicitando a reversão dessa desnecessária convocação ao trabalho presencial e o restabelecimento das negociações com as entidades sindicais. Os bancários querem fazer valer os protocolos sanitários e de proteção e a implementação e aprimoramento das medidas do protocolo de Intenções para enfrentar o avanço do novo coronavírus e garantir a proteção da saúde e da vida dos funcionários.